

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 1997

UNIVERSIDADE DO MINHO



FEVEREIRO DE 1998

UNIVERSIDADE DO MINHO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1997

**Relatório apresentado pelo
Reitor da Universidade do Minho
em Sessão Solene Comemorativa
do Dia da Universidade**

Fevereiro de 1998

NOTA DE ABERTURA

A Universidade do Minho encontra-se numa clara fase de viragem de um ciclo de crescimento intensivo para um ciclo de consolidação. O crescimento registado ao longo dos últimos anos, fruto de uma grande pressão de procura e da dinâmica institucional adquirida, foi enorme (mais de 500% em 13 anos), mas as metas acordadas com o Ministério da Educação estão praticamente atingidas em termos de cursos de formação inicial e de *numerus clausus*. É certo que o número de alunos irá ainda crescer cerca de 20% no decurso dos próximos três a quatro anos, como consequência do preenchimento dos cursos de licenciatura recém-criados, e as infraestruturas, quer em instalações quer em equipamentos, registarão, concomitantemente, um incremento significativo, através de cinco grandes empreendimentos com projectos de arquitectura em fase de conclusão e com financiamento já incluído na programação plurianual do PIDDAC, contudo o planeamento para a expansão referida está praticamente concluído.

O ano de 1997 foi ainda de grande crescimento em número de alunos e em recursos humanos e materiais, mas as estruturas instaladas já respondem quase por rotina às exigências impostas por esse crescimento, com manutenção dos padrões de qualidade. Assim, as preocupações da Universidade, em termos de planeamento estratégico, começaram a centrar-se mais sobre matérias essenciais para a consolidação da Universidade, com destaque para o aprofundamento de

políticas institucionais para as diferentes vertentes da missão da Universidade. Foram, conseqüentemente, analisados pelos órgãos académicos e aprovados pelo Senado Universitário três importantes documentos, relativos à política de internacionalização da Universidade, à política institucional de investigação e à definição de linhas gerais orientadoras para a interacção Universidade-Comunidade, a partir das quais se irão estabelecer políticas sectoriais de actuação, nomeadamente, para as transferências de tecnologia e a formação contínua.

Um passo igualmente importante para a consolidação da Universidade foi o arranque do curso de Arquitectura, que é estruturante para o conjunto de domínios científicos instalados no pólo de Guimarães. Para ultimar o leque de Escolas programadas pela Universidade do Minho falta ainda a área de Medicina. O projecto, moderno e inovador, que esta Universidade defende, desde o seu início, para a criação de um curso de Ciências da Saúde, foi reposto ao Governo, existindo presentemente boas condições para a sua aprovação, que se espera para breve.

A Universidade dispõe de uma importante mais-valia na sua forma de organização institucional. A Universidade participou, em regime de voluntariado, no programa de avaliação institucional promovido pela Associação das Universidades Europeias (CRE), que incide especialmente sobre a forma como os processos de gestão e de decisão estratégica tomam a qualidade como preocupação e valor centrais nos planos do ensino, da investigação e do relacionamento com a Comunidade. O relatório do grupo de peritos que fez a avaliação, que acaba de ser publicado, é globalmente muito favorável à Universidade do Minho e, em especial, ao potencial do seu modelo organizativo.

Digitalizado por FCLB

A Universidade está, pois, preparada para responder ao desafio da entrada no novo ciclo da sua vida, em que *qualidade* — e não *expansão* — será a palavra-chave para o planeamento. A eleição do Reitor, que vai ter lugar em 1998, constituirá um importante momento de mobilização de toda a instituição, através da consensualização de políticas e da compreensão e assunção dos objectivos a atingir.

1. CORPO DISCENTE

O número de vagas criadas para o concurso nacional de acesso de 1997 foi de 2 000, registando um acréscimo de 8.1% em relação às 1 850 vagas do ano anterior. Considerando as 310 vagas dos concursos locais para bachareis, o número de novos lugares cifrou-se em 2 310, o que traduz um acréscimo de 11.3% em relação ao ano anterior.

O aumento do *numerus clausus*, a entrada em funcionamento do curso de Arquitectura e de um novo ano curricular nos cursos criados recentemente, e o crescimento continuado de cursos de pós-graduação motivaram, uma vez mais, um acréscimo significativo do corpo discente. Assim, a Universidade conta, presentemente, com 14 859 alunos, o que representa um aumento de 8.1% em relação ao ano transacto. Os alunos de pós-graduação representam 7.7% do total de discentes e a percentagem de estudantes do sexo feminino é de 56.4%.

Através dos regimes de transferências e mudanças de curso e dos concursos especiais de ingresso continuou a verificar-se uma grande procura pelos cursos da Universidade, tendo sido admitidos, por essa via, cerca de 670 alunos, tendo ficado ainda por admitir 1 100 candidatos aos referidos regimes.

Verificou-se um grande acréscimo no número de diplomas emitidos, tendo terminado os seus cursos, no ano findo, um total de 1 511 estudantes, assim distribuídos:

- 57 nos cursos de Bacharelato;
- 481 nos cursos de Engenharia (inclui Informática de Gestão);
- 347 nos cursos de Licenciatura em Ensino;

Digitalizado por FCLB

- 65 nos restantes cursos de Ciências;
- 310 nos cursos de Relações Internacionais, Gestão, Administração, Sociologia e Comunicação Social;
- 44 no curso de Psicologia;
- 83 em CESEs;
- 55 nos cursos de Especialização;
- 69 nos cursos de Mestrado.

Desde o seu início, a Universidade do Minho concedeu 8 751 diplomas de graduação e 793 de pós-graduação, assim distribuídos:

- 580 em Bacharelatos (formação de professores e educadores);
- 2 325 nos cursos de Engenharia (inclui Informática de Gestão);
- 3 180 nos cursos de Licenciatura em Ensino;
- 1 716 nos cursos de Relações Internacionais, Gestão, Administração, Sociologia e Comunicação Social;
- 301 nos restantes cursos de Ciências;
- 79 no curso de Psicologia;
- 570 em CESEs;
- 265 nos cursos de Especialização;
- 528 graus de Mestre.

Para além do registo quantitativo e dos aspectos regulamentares, importa salientar também a boa participação dos estudantes nos órgãos académicos e na organização de actividades circum-escolares.

O trabalho desenvolvido pela Associação Académica da Universidade do Minho merece, como habitualmente, uma nota especial, tanto pela dinamização das actividades pedagógicas, culturais, desportivas e de prestação de serviços aos estudantes como pela projecção que tem vindo a adquirir no plano nacional. O facto de um dos dois representantes dos estudantes universitários no Conselho de Avaliação da FUP ser aluno da Universidade do Minho é um dos sintomas do prestígio adquirido por esta academia.

Reconhecendo o valor desse trabalho, tem-se procurado, na medida das disponibilidades financeiras, apoiar as iniciativas da Associação Académica. A elaboração do projecto para a sede da Associação Académica em Gualtar, que se vai iniciar, representa um contributo importante para o reforço da vivência académica no Campus.

Têm-se incentivado, igualmente, outras organizações sectoriais de estudantes, tendo ainda sido reforçadas em 1997 as verbas para visitas de estudo e outras actividades organizadas no âmbito dos cursos.

2. PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR

O recrutamento e formação de pessoal docente obedeceram a um planeamento cuidadoso, sendo de registar os seguintes aspectos em termos de gestão de pessoal e de progressão na carreira:

- a) de acordo com as metodologias estabelecidas, efectuou-se, uma planificação rigorosa do número de docentes a contratar para cada área disciplinar, de que resultaram 130 vagas, preenchidas em cerca de 77%; parte dessas vagas correspondem à

exoneração de docentes que deixaram a carreira ou solicitaram transferência, bem como de vagas não preenchidas do ano anterior;

- b) os efectivos de pessoal docente aumentaram em 10.2%, elevando-se a 1 036 elementos, equivalentes a 967 unidades em tempo completo (considerando um monitor equivalente a 0.3 unidades em tempo completo), assim distribuídos:
 - 797 docentes de carreira, dos quais 298 (37.0%) são doutorados;
 - 172 docentes convidados, correspondentes a 150 unidades em tempo completo, sendo 17 doutorados;
 - 67 monitores;
- c) não se contam na alínea anterior os quatro docentes requisitados que se dedicam exclusivamente à formação em exercício dos docentes dos ensinos básico e secundário;
- d) conta-se ainda com a colaboração de 15 docentes de outras instituições, a maioria doutorados, com serviço docente correspondente a 6.5 unidades em tempo completo; por sua vez, 11 docentes da Universidade do Minho, 8 dos quais são doutorados, estão em comissão de serviço, ou situação equivalente, em outras instituições, e 42 dos docentes em serviço efectivo prestam colaboração a outras instituições de ensino superior;
- e) incentivou-se a formação e promoção científica do pessoal docente:
 - 165 docentes estão equiparados a bolseiro para preparação de provas (33.1% do pessoal docente não doutorado, de carreira);
 - 41 assistentes estagiários realizaram provas de aptidão pedagógica e capacidade científica ou obtiveram o grau de mestre; 8 assistentes convidados obtiveram o grau de mestre;

- realizaram-se 36 provas de doutoramento e foram concluídos 11 processos de equivalência a grau de doutor obtido no estrangeiro (5 doutoramentos e 3 equivalências dizem respeito a elementos exteriores à Universidade do Minho);
 - realizaram-se 7 provas de agregação;
 - foram concedidas 19 licenças sabáticas;
 - foi disponibilizada a verba de 99 900 contos do orçamento de Estado para acções de formação e intercâmbio;
 - foram providos 25 lugares de professor associado e 13 de professor catedrático.
 - foram abertos concursos para 15 lugares de professor associado e 6 lugares de professor catedrático;
 - estão aprovadas 108 bolsas de doutoramento pelo Programa PRODEP/Formação;
- f) manteve-se uma estreita cooperação com outras Universidades na constituição de júris de provas académicas, tendo sido emitidos 304 pedidos de cooperação a outras instituições e autorizados 279 pedidos de cooperação de docentes da Universidade do Minho.

Em termos de rácios, e considerando unidades docentes equivalentes a tempo integral, apontam-se:

- 18.5 *discentes/docente em serviço efectivo*;
- 15.4 *discentes/docente*, considerando todo o corpo docente.

Perante a perspectiva de uma ampliação significativa, a curto prazo, dos quadros de pessoal, como consequência do diploma de flexibilização da gestão (Decreto-Lei nº 252/97) e do despacho

ministerial que fixa as normas para a actualização bienal dos quadros (despacho 1 561/98), foi afectada às Escolas a quase totalidade das vagas mantidas em reserva. Com estas disposições foram criadas as condições para a abertura de um número significativo de concursos já em inícios de 1998.

3. PESSOAL NÃO DOCENTE

O corpo do pessoal não docente registou uma importante estabilização com a resolução quase integral dos contratos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 81-A/96, que promove os mecanismos de integração na função pública dos funcionários em situação de vínculo precário que se encontravam a satisfazer necessidades permanentes de serviço.

Assim, dos 603 funcionários em serviço efectivo, 524 têm vínculo estável à Universidade do Minho, estando 370 integrados no quadro, 6 em regime de contrato administrativo de provimento e 148 com contrato ao abrigo do D.L. nº 81-A/96. Os restantes correspondem às seguintes situações funcionais:

- 1 funcionário requisitado e 2 destacados de outras instituições, estando, por sua vez, 7 funcionários da Universidade na situação de requisitados ou comissão de serviço em outras instituições e 1 em situação de licença sem vencimento;
- 12 em aquisição de serviço, a aguardar despacho de integração pelo D.L. nº 81-A/96;
- 9 em regime de contrato de trabalho a termo certo e 23 em aquisição de serviços por receitas gerais da Universidade;

- 33 em situação de vínculo precário por receitas de projectos específicos;
- 7 bolseiros de investigação pagos por receitas dos respectivos projectos.

Completo-se em 1997 o provimento no quadro definitivo do pessoal integrado no quadro provisório, culminando um longo e penoso processo que bloqueou a normal progressão dos funcionários na carreira. Com o novo quadro operacional, foram preenchidos alguns lugares de chefia e procedeu-se à abertura de um amplo leque de concursos. Foram, assim, abertos 46 concursos para lugares de acesso, envolvendo 161 vagas, e 23 concursos para lugares de ingresso, correspondentes a 116 vagas, tendo ainda sido autorizados no final do ano 62 concursos adicionais de ingresso, que abrangem 83 lugares do quadro, cujos editais estão em curso. Com estas medidas, todos os funcionários que satisfazem necessidades permanentes de serviço ficarão integrados no quadro de pessoal, reservando-se as figuras de contrato a termo certo e de prestação de serviços exclusivamente para necessidades pontuais e transitórias ou para tarefas ligadas a projectos específicos.

A propósito da estabilização do pessoal não docente, é de salientar o alcance das disposições de flexibilização de gestão de pessoal contidas no Decreto-Lei nº 252/97, conjugadas com o despacho ministerial nº 1561/98, que fixa as normas para a actualização bienal automática dos quadros de pessoal. No novo enquadramento jurídico assim constituído, os quadros passam a ter uma dimensão suficientemente ampla para deixarem de introduzir, por si, limitações administrativas a uma livre gestão do pessoal por parte das Universidades. Estas poderão passar a definir políticas próprias de gestão do seu pessoal, dentro dos limites quantitativos que anualmente serão fixados para o número máximo de lugares de pessoal docente e pessoal não docente a prover.

4. CURSOS

Na sequência das linhas orientadoras aprovadas pelo Senado Universitário, deu-se continuidade ao trabalho de acompanhamento, adaptação e renovação dos projectos de ensino, de que resultaram, nomeadamente:

- a) o início de funcionamento do Curso de Arquitectura no pólo de Guimarães;
- b) a criação dos seguintes novos cursos:
 - Licenciatura em Sociologia, com os Ramos de:
 - Sociologia das Organizações;
 - Políticas Sociais;
 - Licenciatura em Geologia — Ramo Recursos e Planeamento
 - Licenciatura em Ensino Básico (1º Ciclo);
 - Licenciatura em Educação de Infância;
 - Mestrado em Gestão da Construção e do Património Imobiliário;
 - Mestrado em Educação — Área de Especialização em Formação Psicológica de Professores;
 - Mestrado em Psicologia — Área de Especialização em Investigação em Processos Básicos;
 - Especialização em Gestão da Construção e do Património Imobiliário;
 - Especialização em Organização e Avaliação da Formação;

- c) a reestruturação dos cursos de:
- Mestrado em Matemática — Área de Especialização em Ensino;
 - Especialização em Ensino de Matemática;
 - Cursos de Estudos Superiores Especializados em:
 - Educação Infantil e Básica Inicial;
 - Educação Musical;
 - Educação Especial;
- e) a extinção progressiva dos cursos de:
- Sociologia das Organizações;
 - Bacharelato em Ensino Básico (1º Ciclo);
 - Bacharelato em Educação de Infância.

Deu-se sequência, em 1997, à avaliação sistemática do ensino ministrado, baseada em questionário respondido pelos alunos no âmbito das disciplinas que frequentam e em relação a todos os seus docentes. Através deste processo, avalia-se o ensino nas suas vertentes lectiva, da atitude do estudante perante as actividades escolares e da adequação dos aspectos organizativos e infraestruturais de suporte ao ensino.

Simultaneamente, procedeu-se a um levantamento estatístico do aproveitamento escolar, efectuado pelo docente de forma sistemática, complementado, quando necessário, por uma reflexão aprofundada tendo em vista a procura de soluções que contribuam para um melhor rendimento escolar.

Digitalizado por FCLB

Como forma de incentivo aos estudantes para um melhor aproveitamento escolar, atribuiu-se o Prémio de Mérito Escolar aos estudantes que haviam transitado de ano com média não inferior a 14.0 valores e sem disciplinas em atraso. Foram contemplados 756 alunos, com referência ao ano de 1995/96.

A aceitação externa dos cursos ministrados traduz-se também pelos prémios que entidades exteriores atribuem aos alunos da Universidade do Minho. Em 1997 foram criados três novos prémios:

- Prémio Vector XXI [aluno melhor classificado em cada ano na disciplina de Prática Pedagógica da Licenciatura em Educação];
- Prémio Johnson and Johnson [melhor média final na Licenciatura em Física Aplicada — Ramo Óptica, na especialidade de Optometria];
- Prémio Direito Comunitário — Jean Monnet [aluno melhor classificado na disciplina de Direito Comunitário].

5. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O crescimento do corpo docente, o investimento feito na sua formação e a captação de receitas significativas para as actividades de investigação e desenvolvimento têm contribuído para uma melhoria qualitativa e quantitativa da produção científica da Universidade do Minho.

Procurou-se, na medida do possível, dotar a investigação com os recursos financeiros necessários para garantir a todos os docentes o exercício do direito e do dever de praticar a investigação. Na candidatura ao concurso da JNICT para o financiamento plurianual das estruturas de investigação, os Centros da Universidade do Minho obtiveram um financiamento de 139 700 contos. A Universidade contribuiu também para as despesas básicas de funcionamento dos Centros, com uma verba de 172 900 contos saída do seu próprio orçamento.

Os investimentos feitos em infraestruturas de investigação, nomeadamente através dos Programas CIÊNCIA e PRAXIS, justificam a procura intensiva de fontes complementares para o financiamento da investigação e da formação avançada. Os resultados obtidos em 1997 continuam a ser encorajadores, com a mobilização de cerca de 890 000 contos para financiamento de projectos de Investigação e de formação especializada. É de registar, em particular, que estão presentemente atribuídas à Universidade 108 bolsas de doutoramento pelo Programa PRODEP e 70 pelo Programa PRAXIS.

Também a extensão universitária constitui vertente privilegiada na Universidade do Minho. Assim, foram assinados 36 novos protocolos ou acordos com entidades exteriores, com vista à concretização de acções múltiplas de cooperação, consultadoria, apoio técnico e criação de instituições de *interface* Universidade-Empresa, a acrescentar aos anteriormente existentes.

As actividades de extensão universitária devem ser tendencialmente autofinanciáveis. Por conseguinte, os acordos firmados quase sempre incluem contrapartidas para a Universidade do Minho. No âmbito da prestação de serviços especializados, estiveram activos em 1997 um total de 146 contratos, cuja execução movimentou

uma verba de cerca de 607 000 contos, dos quais 29 800 reverteram para receitas gerais da Universidade a título de componente institucional.

Estão presentemente activos 26 contratos com a União Europeia e 144 contratos com a JNICT, o Programa PRAXIS e diversas empresas, relativos a I&D.

No âmbito da mobilidade académica, o contrato institucional firmado com a União Europeia veio consolidar a inserção da Universidade no sistema universitário europeu. No âmbito do contrato, que abrange acordos bilaterais com cerca de 150 instituições, a Universidade do Minho recebe 60 estudantes e envia 82 dos seus estudantes para Universidades de 9 países diferentes, e teve ainda aprovados para financiamento 1 curso intensivo, 61 bolsas de mobilidade para docentes e 9 visitas preparatórias. Há ainda a salientar, fora do contrato institucional, uma rede temática em Engenharia de Polímeros coordenada pela Universidade do Minho, o acordo de mobilidade com a UNIVALI, no Brasil, a inserção na rede de mobilidade União Europeia - Estados Unidos da América (5 estudantes recebidos e 5 enviados), 4 contratos e 60 bolsas no Programa LEONARDO, 14 contratos no Programa ALFA com a América Latina e 8 contratos no Programa TEMPUS com os países de Leste.

A organização de doutoramentos em co-tutela começa igualmente a ganhar corpo, com um doutoramento já concluído e quatro em curso.

A questão da ligação da Universidade ao exterior e da captação de receitas próprias, designadamente a intervenção da instituição nos programas comunitários, tem merecido um acompanhamento muito especial por parte do respectivo pelouro específico a nível da equipa

reitoral. A matéria é objecto de um relatório próprio, a ser publicado separadamente, onde se descrevem, em detalhe, as acções desenvolvidas com o apoio institucional, bem como os financiamentos inerentes a cada uma.

6. UNIDADES ORGÂNICAS

Compete às Unidades Orgânicas apresentar os respectivos relatórios de actividades. Assim, referencia-se apenas o papel fundamental que dada uma delas, em interligação com as demais, desempenha na prossecução dos objectivos e missão da Universidade.

As Escolas, através da actuação dos Departamentos e da acção de coordenação interdepartamental, têm como função principal assegurar o ensino, a investigação e a extensão universitária no respectivo âmbito científico. Tem-se procurado reforçar a capacidade de intervenção das Escolas, nomeadamente através de uma descentralização administrativa eficaz e responsabilizante, pelo que têm sido progressivamente alargadas as delegações de competências nos seus Presidentes. Têm aumentado também os recursos financeiros geridos directamente pelas Escolas, que totalizaram em 1997 cerca de 1 180 000 contos para despesas de funcionamento cobertas pelas dotações do Estado (representando um acréscimo de 40%), nas quais se não incluem encargos com electricidade, água ou manutenção das instalações, para além das receitas próprias provenientes de projectos específicos.

Digitalizado por FCLB

As Unidades de Apoio continuaram a desenvolver, com eficácia e empenhamento, a sua função de apoio técnico e administrativo às actividades da Universidade. A estabilização do corpo de pessoal veio trazer uma melhor operacionalidade a estas Unidades, tendo sido possível proceder à nomeação de algumas chefias.

Salienta-se, a terminar, a importante missão desempenhada pelas Unidades Culturais na sua relação com a Universidade e com a comunidade, mediante acções de intervenção no âmbito do apoio técnico, da formação, da investigação e desenvolvimento e da animação cultural e artística. A Universidade do Minho, numa manifestação de inequívoco apoio a estas suas unidades orgânicas, destina-lhes cerca de 10% dos efectivos de pessoal não docente e atribuiu-lhes em 1997 um orçamento global de 153 000 contos.

7. SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL

Os Serviços de Acção Social constituem uma unidade orgânica da Universidade do Minho, dotada de autonomia administrativa e financeira, com Conselho Administrativo próprio.

A melhoria e aperfeiçoamento do apoio prestado aos estudantes continuou a ser uma preocupação constante dos Serviços, por forma a corresponder ao acréscimo de solicitações resultantes da expansão da Universidade. No âmbito dos investimentos infraestruturais, há a salientar dois grandes empreendimentos, cofinanciados pelo PRODEP:

- a continuação da construção de uma residência em Lamações (Residência Lloyd Braga), com capacidade para alojar 389 estudantes, a qual ficará concluída no 1º trimestre de 1998;
- início da construção do Restaurante Universitário no Campus de Gualtar, com capacidade para servir 2 500 refeições por hora e que disporá de três níveis alternativos de serviços (refeições subsidiadas, snack-bar e serviço à lista).

A decisão do Senado Universitário, de atribuir aos Serviços de Acção Social a totalidade das receitas das propinas relativas ao ano de 1997/98, vai permitir uma melhoria muito substancial das infraestruturas de apoio aos estudantes, que passa nomeadamente pela elaboração do projecto e construção da Sede da Associação Académica da Universidade do Minho em Gualtar, pela construção de um pavilhão desportivo em Guimarães e pela introdução de valências de qualidade no novo Restaurante de Gualtar, a exemplo do que se havia feito no Campus de Azurém.

Em termos de indicadores de funcionamento, e antecipando dados que vão ser detalhados no relatório de actividades que os Serviços de Acção Social, como habitualmente, vão publicar, registou-se uma despesa global de 1 785 003 contos, correspondendo 68.5% a despesas correntes e 31.5% a despesas de investimento, com a seguinte distribuição percentual no que se refere às despesas correntes:

• subsídios a estudantes	39.9%
• encargos com pessoal	22.5%
• géneros para bares e cantinas	23.1%
• outras despesas de funcionamento	14.5%

O orçamento da despesa global de funcionamento registou um aumento de 3.6% e o das receitas dos serviços prestados cresceu 20.0%. Os encargos com pessoal aumentaram 13.7%, tendo o pessoal passado de 146 para 160 unidades. Os subsídios pagos a estudantes como contrapartida por trabalho prestado nas cantinas, bares e serviços de apoio administrativo, atingiram o montante de 11 553 contos.

A estrutura do orçamento de receita é a seguinte (em contos):

• Investimento	
• Transferências do Estado	529 480
• Receitas próprias	32 874
• Total	<hr/> 562 354
• Funcionamento	
• Transferências do Estado	741 773
• Receitas próprias	480 876
• Total	<hr/> 1 222 649

Verifica-se, por conseguinte, que as despesas de funcionamento, onde se incluem as bolsas de estudo, são cobertas em 40% por receitas próprias e 60% por transferências do Estado. Deduzindo, porém, as despesas com bolsas de estudo (487 454 contos), que não têm a ver com a lógica das receitas próprias, constata-se que os custos de funcionamento são cobertos em 65.4% por receitas próprias e apenas em 34.6% por transferências do Estado, sendo de notar que o valor das transferências do Estado não cobre sequer os custos com pessoal. Esta situação corresponde a uma grave distorção do financiamento dos Serviços de Acção Social da

Universidade do Minho face a outras Instituições de dimensão equivalente. A Universidade do Minho continuará, por conseguinte, a pugnar por critérios objectivos de financiamento, a exemplo do que é feito, desde 1992, para os orçamentos das Universidades.

O esforço feito no âmbito do apoio ao desporto universitário merece uma referência especial. A Divisão de Desporto e Cultura, integrada na estrutura orgânica dos Serviços, conjuntamente com a AAUM, dinamizou a prática do desporto na Universidade, quer em torneios internos, quer pela participação em provas organizadas pela Federação Académica do Desporto Universitário, sem esquecer o objectivo primordial de promover o desporto de massas. É de salientar que, apesar de se tratar do primeiro ano de funcionamento das novas estruturas criadas, participaram em actividades desportivas e de recreação cerca de 3 500 pessoas, envolvendo 25 modalidades. A nível de competições inter-universitárias, a Universidade do Minho foi a que participou em maior número de modalidades e que envolveu o maior número de praticantes.

As despesas com o funcionamento do Pavilhão (sem incluir as de água e electricidade, pagas pelo orçamento da Universidade) cifraram-se em 26 946 contos, nos quais se incluem subsídios para apoio a actividades desportivas desenvolvidas pela AAUM, tendo sido gerada uma receita de 11 743 contos.

8. INSTALAÇÕES

Numa apreciação global às actividades do Gabinete das Instalações Definitivas, pode concluir-se que o ano de 1997 se caracterizou, simultaneamente, por um ritmo normal em execução e conclusão de obras e por um ritmo lento na finalização de projectos para novos empreendimentos. Esta situação foi, contudo, praticamente ultrapassada em 1997, o que permitirá o início, durante o 1º Semestre de 1998, das empreitadas previstas no plano de investimentos aprovado.

No Campus de Gualtar salientam-se os seguintes avanços:

- concluiu-se a construção do novo edifício da Escola de Engenharia, destinado aos Departamentos de Engenharia Biológica e de Informática;
- foram adjudicados e concluídos os concursos para o fornecimento e assentamento de mobiliário e equipamento para o referido edifício.
- foram adjudicados e concluídos os concursos para o fornecimento e assentamento de mobiliário e equipamento do edifício da Escola de Economia e Gestão e Departamento Autónomo de Direito;
- iniciou-se a empreitada de arranjos exteriores dos dois novos edifícios referidos;
- foi adjudicado e concluído o concurso para o fornecimento e assentamento de cadeiras e bancadas do Pavilhão Desportivo;
- iniciou-se a empreitada de arranjos exteriores do Claustro da Biblioteca em Gualtar;

- iniciou-se a empreitada de construção de campos de jogos anexos ao Pavilhão Desportivo;
- iniciou-se a empreitada de construção do parque de estacionamento anexo à Escola de Engenharia;
- concluiu-se o projecto e lançou-se o concurso público para a adjudicação da empreitada do Complexo Pedagógico III.

No Campus de Azurém, para além de obras significativas de conservação e adaptação das instalações, com realce para a conversão da central térmica a gás e gás natural, concluiu-se a construção de um Pavilhão de 700 m², para instalação dos cursos de Arquitectura e de Geografia e do Núcleo de Estudos em População e Sociedade.

Iniciou-se, e prosseguiu em ritmo normal, a empreitada de construção do novo pólo da Biblioteca Pública de Braga, por reconstrução do edifício do antigo Albergue Distrital, empreendimento este cofinanciado pelo Instituto do Livro e da Leitura.

A preparação de novos projectos, na sequência da aprovação dos planos de desenvolvimento da Universidade do Minho até 1999, constituiu uma das principais preocupações. Assim:

- foi concluído e aprovado o Plano Geral do Campus de Gualtar e concluiu-se a elaboração do projecto de Infraestruturas da 2ª Fase do Campus;
- foi concluído o Plano Geral do Campus de Azurém;
- iniciou-se a elaboração dos projectos dos edifícios de:
 - Ciências e Ciências Sociais, em Azurém;
 - Engenharia, em Azurém;

Digitalizado por FCLB

- Arquitectura, em Azurém;
- Ciências da Educação, em Gualtar;
- Engenharia, em Gualtar;
- iniciou-se a elaboração dos projectos de ampliação dos seguintes edifícios:
 - Bloco C, em Azurém;
 - 1ª Fase-B, em Gualtar, para expansão da Escola de Ciências.

O ritmo elevado de preparação de obras levanta alguns problemas críticos de aquisição de terrenos, cujas negociações se têm revelado muito difíceis. Foram, conseqüentemente, desencadeados os processos de posse administrativa de terrenos, questão esta que vai continuar a merecer tratamento prioritário.

9. ORÇAMENTO

O orçamento da Universidade do Minho em 1997 registou uma receita global de 10 301 842 contos, a que acrescem os saldos da gerência do ano anterior, e uma despesa global de 10 377 739 contos.

A estrutura dos orçamentos de receita e de despesa é apresentada nas páginas seguintes. Os valores indicados são provisórios, dado a conta de gerência não estar ainda encerrada. Constata-se que as transferências do Estado em termos de orçamento de funcionamento (fórmula de financiamento) se cifram em 8 058 195

contos, traduzindo um acréscimo de 11.5% em relação ao ano anterior. Efectuada a correcção correspondente ao crescimento em número de alunos e ao efeito de inflacção, verificou-se que a dotação por aluno, em termos reais, se manteve estacionária, o que representa uma situação favorável face aos cenários vividos na maioria dos países no que respeita ao financiamento do ensino superior.

Em termos da repartição da despesa pelas grandes rubricas tradicionais, o quadro seguinte sumariza a situação em termos das dotações do Estado e também da despesa global:

Rubricas	Despesas por dotações do Estado		Despesa global	
Encargos com pessoal	5 817 980	72.0 %	6 378 693	64.7 %
Despesas de funcionamento	1 660 516	20.6 %	2 196 216	22.3 %
Despesas de Capital *	600 000	7.4 %	1 278 307	13.0 %

* Excepto PIDDAC

É ainda de referir que a componente total de investimento, incluindo o PIDDAC, representa 17.4% do orçamento global da Universidade.

A gestão orçamental da Universidade continuou a reflectir uma acentuada descentralização nas unidades orgânicas. As verbas directamente geridas pelas unidades orgânicas (que não incluem despesas com pessoal, água, luz e manutenção das instalações) totalizaram cerca de 1 700 000 contos, traduzindo um crescimento de 33.4% em relação ao ano anterior.

ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE RECEITA — 1997 [Contos]

TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO — OE	8 058 195
OE — Despesas Correntes	7 458 195
Dotação inicial	6 924 117
PRODEP Qualidade	270 157
Actualização salarial	160 722
Revalorização pessoal docente	100 497
Auto-avaliação	2 702
OE — Despesas de Capital	600 000
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO — INVESTIMENTO	445 871
PIDDAC	306 159
PRODEP	139 712
CONTAS DE ORDEM	1 797 776
JNICT — Plurianuais	139 726
IDs	558 779
PRODEP/FSE	333 727
Prestação de Serviços (PSECs, PSETs)	607 282
Proventos financeiros	131 809
Outros	26 453
TOTAL DE RECEITA EM 1997	10 301 842

ESTRUTURA DO ORÇAMENTO DE DESPESA — 1997 [Contos]

NOTA DE FECHO

PESSOAL		6 378 693
OE	5 912 573	
Rubricas de pessoal	5 817 980	
Aquisição de serviços	94 593	
Contas de Ordem	466 120	
Rubricas de pessoal	348 523	
Aquis. de serviços - Rec. próprias	30 695	
Aquis. de serviços - IDs	77 831	
Aquis. de serviços — FSE	9 071	
FUNCIONAMENTO		2 196 216
OE	1 565 923	
Receitas próprias	172 672	
IDs	409 927	
FSE	47 694	
CAPITAL		1 278 307
OE	600 000	
Saldos OE	187 637	
Receitas próprias	330 718	
IDs	155 492	
FSE	4 460	
INVESTIMENTO PLURIANUAL		524 523
TOTAL DE DESPESA EM 1997		10 377 739

O presente relatório avança um conjunto de indicadores e observações que reflectem o que de mais relevante se passou em 1997, sintetizando a actuação global da Universidade e dando um contributo para a futura redacção da sua história. Com esta preocupação em vista, incluem-se em anexo algumas séries históricas correspondentes a indicadores de funcionamento ao longo de treze anos, evidenciando o crescimento acelerado — mas sustentado — que se verificou.

Para além dos números, importa salientar que a Universidade tem vindo a ser dotada de instrumentos fundamentais para sua consolidação, nomeadamente no que respeita à definição de políticas institucionais para a actuação da Universidade e a sua inserção no meio e no mundo, ao estabelecimento de mecanismos de flexibilização na gestão do pessoal, com impacto no redimensionamento dos quadros e na estabilização do pessoal não docente, bem como à melhoria das condições de vida e de trabalho nos *Campus*.

As medidas relativas à gestão e controlo da qualidade nos diversos planos de actuação e níveis de gestão constituem contributo importante para a interiorização de uma cultura de qualidade que deve cruzar horizontalmente todas as actividades.

A Universidade do Minho dispõe, por conseguinte, de condições para mobilizar os seus elementos em torno de um projecto institucional que a conduza a uma posição preponderante no sistema universitário.

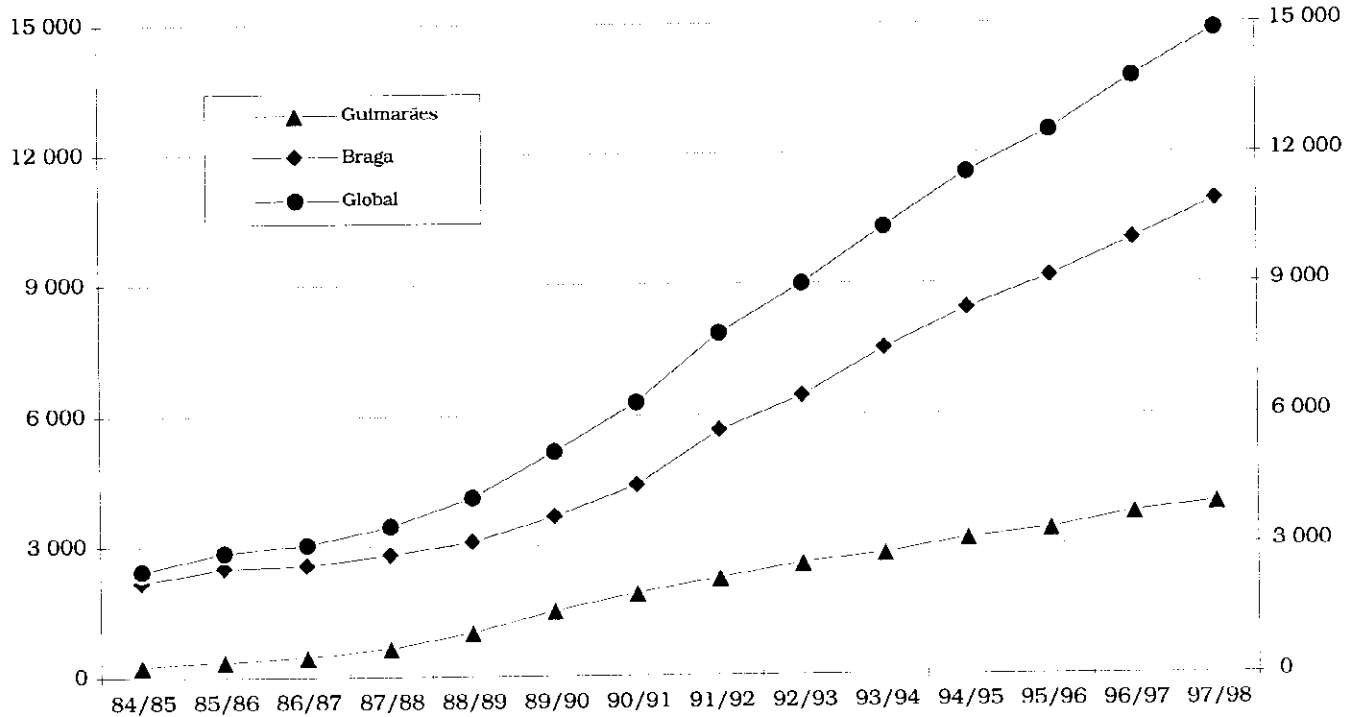
Universidade do Minho, 17 de Fevereiro de 1998.

ANEXO I

EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

alunos



NÚMERO DE ALUNOS POR PÓLO E Nº DE LICENCIADOS

Ano	Braga	Guimarães	Total	N. Clausus	Diplomados*
<1984/85					575
1984/85	2 191	257	2 448	390	224
1985/86	2 504	359	2 863	414	231
1986/87	2 569	463	3 032	467	258
1987/88	2 798	648	3 446	619	302
1988/89	3 094	1 012	4 106	749	271
1989/90	3 665	1 503	5 168	1 040	339
1990/91	4 384	1 900	6 284	1 130	448
1991/92	5 636	2 246	7 882	1 450	580
1992/93	6 421	2 587	9 008	1 375	844
1993/94	7 524	2 797	10 321	1 799	889
1994/95	8 442	3 132	11 574	1 730	1 163
1995/96	9 171	3 358	12 529	1 910	1 116
1996/97	10 029	3 722	13 751	2 075	1 511
1997/98	10 915	3 944	14 859	2 310	

* - Não inclui os diplomas de pós-graduação.

ANEXO II

**EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL
1985 — 1997**

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DE DESPESA DA U. M.

Ano fiscal	----- Orçamento ordinário (OE) -----					PIDDAC + FEDER	DOTAÇÃO GLOBAL: OE + PIDDAC	Índice de Investimento (%)
	--- Despesas correntes ---							
	Pessoal*	Funcion.	Total	Capital	TOTAL			
1985	427 935 67.8 %	91 465 14.5 %	519 400 82.3 %	111 395 17.7 %	630 795	140 109	770 904	32.6 %
1986	596 904 63.0 %	232 757 24.6 %	829 661 87.6 %	117 194 12.4 %	946 855	409 988	1 356 843	38.9 %
1987	870 145 71.2 %	197 855 16.2 %	1068 000 87.4 %	153 300 12.6 %	1 221 300	499 800	1 721 100	37.9 %
1988	1125 879 73.9 %	273 154 17.9 %	1399 033 91.8 %	124 250 8.2 %	1 523 283	824 687	2 347 970	40.4 %
1989	1492 996 74.6 %	328 966 16.4 %	1821 962 91.0 %	179 866 9.0 %	2 001 828	939 973	2 941 801	38.1 %
1990	1929 194 69.0 %	644 067 23.0 %	2573 261 92.0 %	222 299 8.0 %	2 795 560	682 000	3 477 560	26.0 %
1991	2518 185 69.8 %	824 330 22.8 %	3342 515 92.6 %	266 330 7.4 %	3 608 845	1303 634	4 912 479	32.0 %
1992	3126 085 66.8 %	1155 887 24.7 %	4281 972 91.4 %	401 206 8.6 %	4 683 178	2021 980	6 705 158	36.1 %
1993	3525 174 68.4 %	1169 913 22.7 %	4695 087 91.1 %	460 575 8.9 %	5 155 662	1702 503	6 858 165	31.5 %
1994	4048 157 72.7 %	1078 763 19.4 %	5126 920 92.0 %	445 000 8.0 %	5 571 920	1038 925	6 610 845	22.4 %
1995	4538 285 74.0 %	1129 210 18.4 %	5667 495 92.5 %	461 621 7.5 %	6 129 116	711 969	6 841 085	17.2 %
1996	5469 660 67.4 %	1871 011 23.1 %	7340 671 90.5 %	771 575 9.5 %	8 112 246	1124 367	9 236 613	20.5 %
1997	6378 693 64.7 %	2196 216 22.3 %	8574 909 87.0 %	1278 307 13.0 %	9 853 216	524 523	10 377 739	17.4 %

* Inclui as rubricas de pessoal e as aquisições de serviços.

UNIVERSIDADE DO MINHO - EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO DE ESTADO POR ALUNO

Ano	Alunos (a)	Dot. Estado (b) (contos)	Dot./aluno (contos)	índices de custos			Orçamento corrigido		Dotação/aluno (corrigida) (Evolução percentual)	
				no ano (c)	específico (d)	acumul. (base-85)	(base-85)	(ano ant.)	(base-85)	(ref. ano ant.)
1985	2 448	622 808	254	22.6%			1.00		1.00	
1986	2 863	927 855	324	19.5%		19.5%	1.25	1.25	1.07	1.07
1987	3 032	1 184 300	391	14.2%	7.0%	44.8%	1.31	1.05	1.06	0.99
1988	3 446	1 493 283	433	9.5%	11.3%	75.0%	1.37	1.04	0.97	0.92
1989	4 106	1 971 828	480	10.0%	4.9%	101.0%	1.57	1.15	0.94	0.96
1990	5 168	2 730 061	528	13.0%		127.2%	1.93	1.23	0.91	0.97
1991	6 284	3 558 845	566	13.5%		157.8%	2.22	1.15	0.86	0.94
1992	7 882	4 599 972	584	10.0%		183.6%	2.60	1.18	0.81	0.94
1993	9 008	5 024 257	558	6.8%		202.9%	2.66	1.02	0.72	0.89
1994	10 321	5 486 920	532	3.8%		214.3%	2.80	1.05	0.66	0.92
1995	11 574	6 067 495	524	4.4%		228.0%	2.97	1.06	0.63	0.94
1996	12 529	7 225 765	577	4.0%	2.2%	248.6%	3.33	1.12	0.65	1.04
1997	13 751	8 058 195	586	3.0%		259.0%	3.60	1.08	0.64	0.99

(a) - Correspondentes ao último trimestre do ano anterior.

(b) - Só dotação do Estado. Exclui receitas próprias.

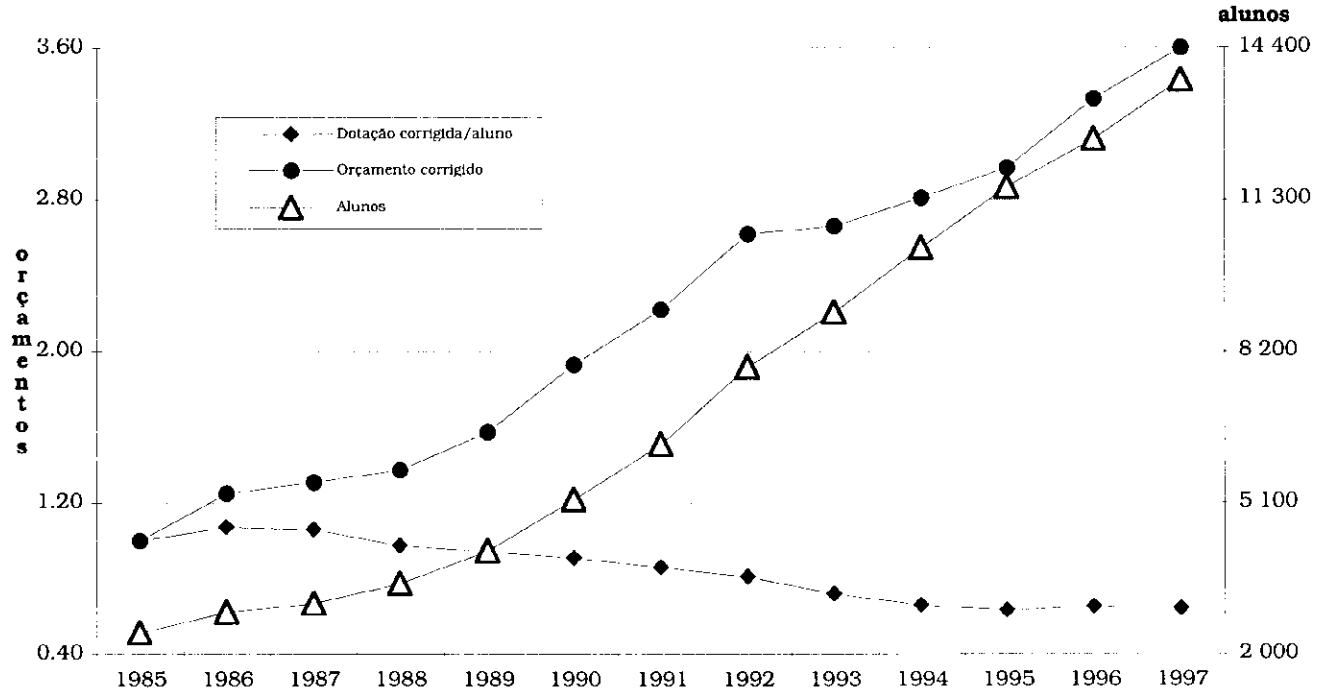
(c) - Índices oficiais de preços.

(d) - Efeito dos seguintes factores específicos, com incidência cumulativa nos encargos das Universidades:

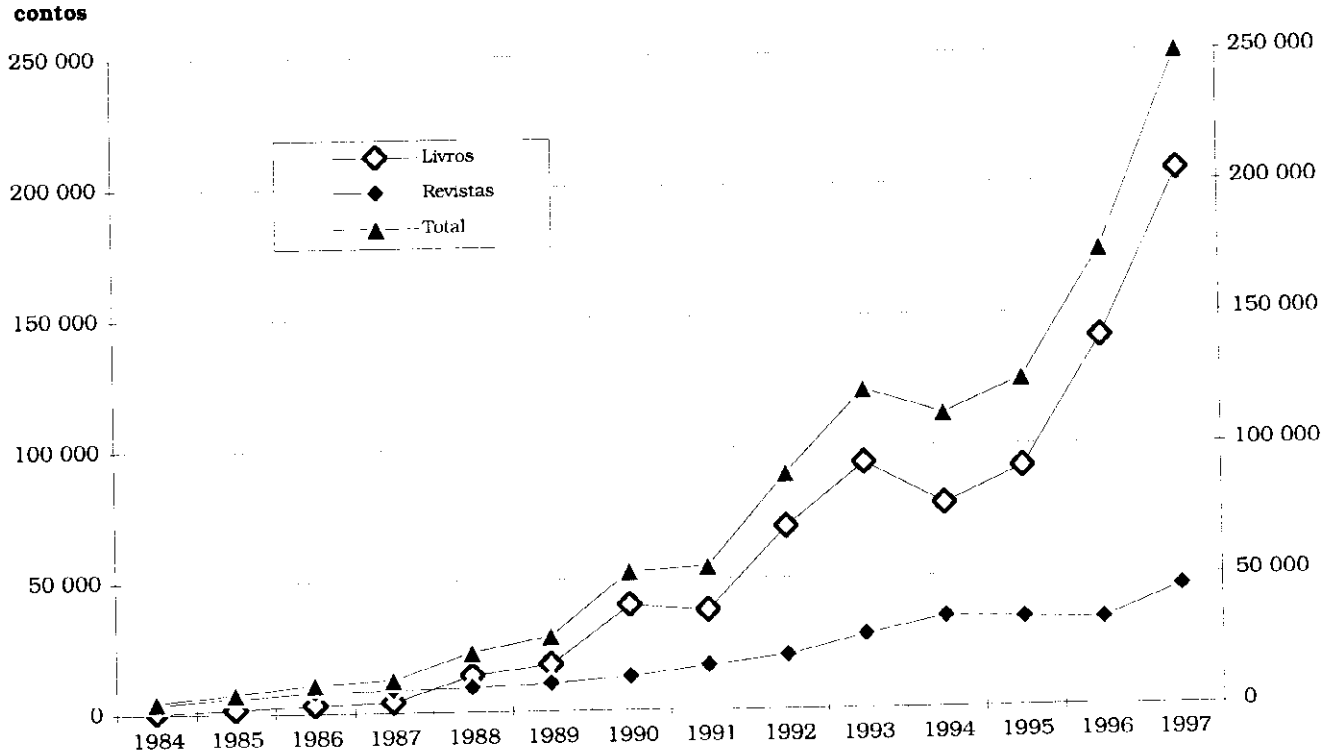
- efeito da alteração das remunerações da car. docente em 1987: 7 %
- efeito do IRS em 1989: 4.9 %

- efeito do I.P. em 1988: 11.3 %
- efeito da revalor. salarial dos docentes em 1996: 4 % sobre 0.80*0.70.

**EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRIGIDO E DA DOTAÇÃO POR ALUNO
(BASE 1985)
EVOLUÇÃO DO N° DE ALUNOS**

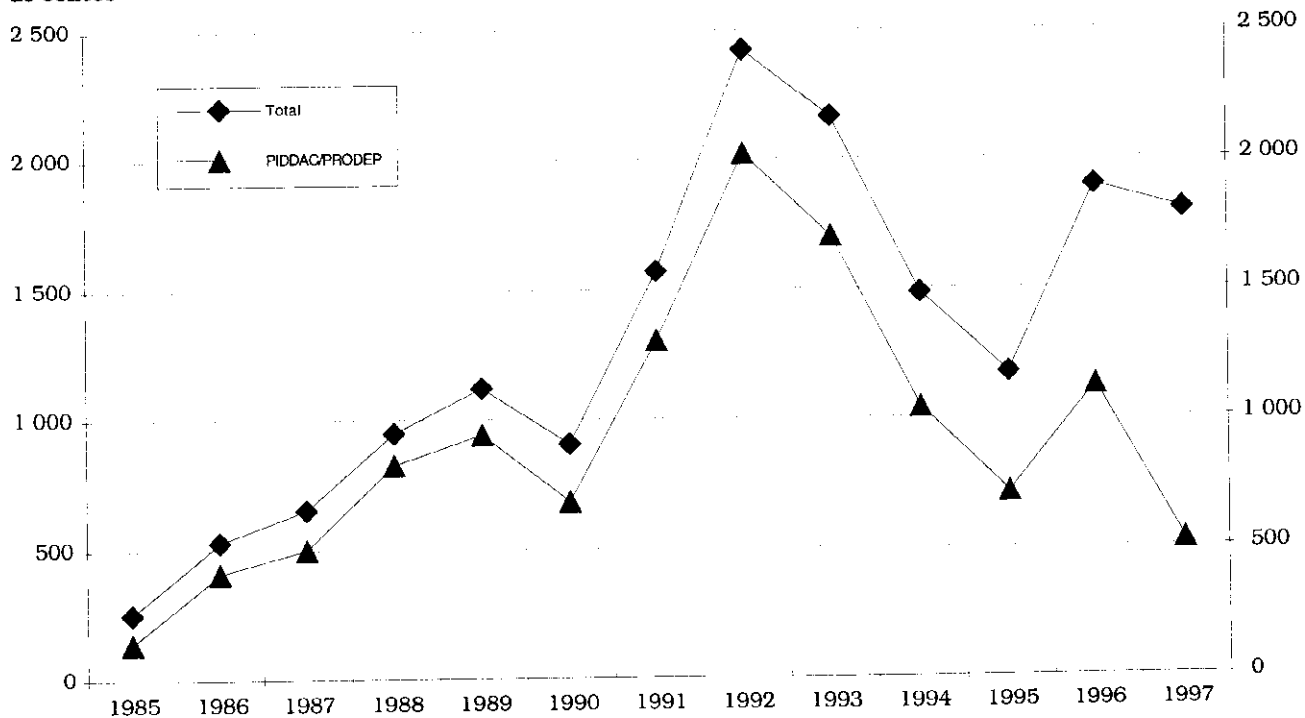


BIBLIOGRAFIA



INVESTIMENTO (OBRAS E EQUIPAMENTOS)

milhares
de contos



ANEXO III

**INDICADORES DE CRESCIMENTO
1984/85 — 1997/98**

PESSOAL DOCENTE

Ano	Docentes (n° global)	Docentes Carreira	Convividos (ETI)	Monitores *	Total ETIs	Doutorados	Bolseiros	ETIs em serviço	Alunos	Alunos/ /ETI	Alunos/ /ETI-serv.
1984/85	313	261	22	23	290	66	37	253	2 448	8.4	9.7
1985/86	364	288	33	32	331	79	54	277	2 863	8.6	10.3
1986/87	406	303	37	53	356	89	51	305	3 032	8.5	9.9
1987/88	414	311	41	52	368	93	69	299	3 446	9.4	11.5
1988/89	462	349	48	54	413	101	70	343	4 106	9.9	12.0
1989/90	487	364	70	42	447	117	74	373	5 168	11.6	13.9
1990/91	584	417	95	56	529	134	81	448	6 284	11.9	14.0
1991/92	671	471	119	66	610	154	84	526	7 882	12.9	15.0
1992/93	728	533	117	55	667	173	90	574	9 008	13.5	15.7
1993/94	756	592	117	24	716	196	92	624	10 321	14.4	16.5
1994/95	810	638	120	29	767	225	106	661	11 574	15.1	17.5
1995/96	872	680	115	53	811	242	134	677	12 529	15.4	18.5
1996/97	944	739	121	61	878	276	144	734	13 751	15.7	18.7
1997/98	1 036	797	150	67	967	315	165	802	14 859	15.4	18.5

* 1 monitor = 0.30 ETI

ALUNOS

Ano	Alunos	Cursos*	n.c.	Graduados*
1984/85	2 448	17	390	224
1985/86	2 863	17	414	231
1986/87	3 032	19	467	258
1987/88	3 446	23	664	302
1988/89	4 106	25	749	271
1989/90	5 168	28	1 040	339
1990/91	6 284	29	1 130	448
1991/92	7 882	40	1 450	580
1992/93	9 008	41	1 375	844
1993/94	10 321	47	1 799	889
1994/95	11 574	48	1 730	1 163
1995/96	12 529	48	1 910	1 116
1996/97	13 751	52	2 075	1 511
1997/98	14 859	54	2 310	

* - não inclui pós-graduação

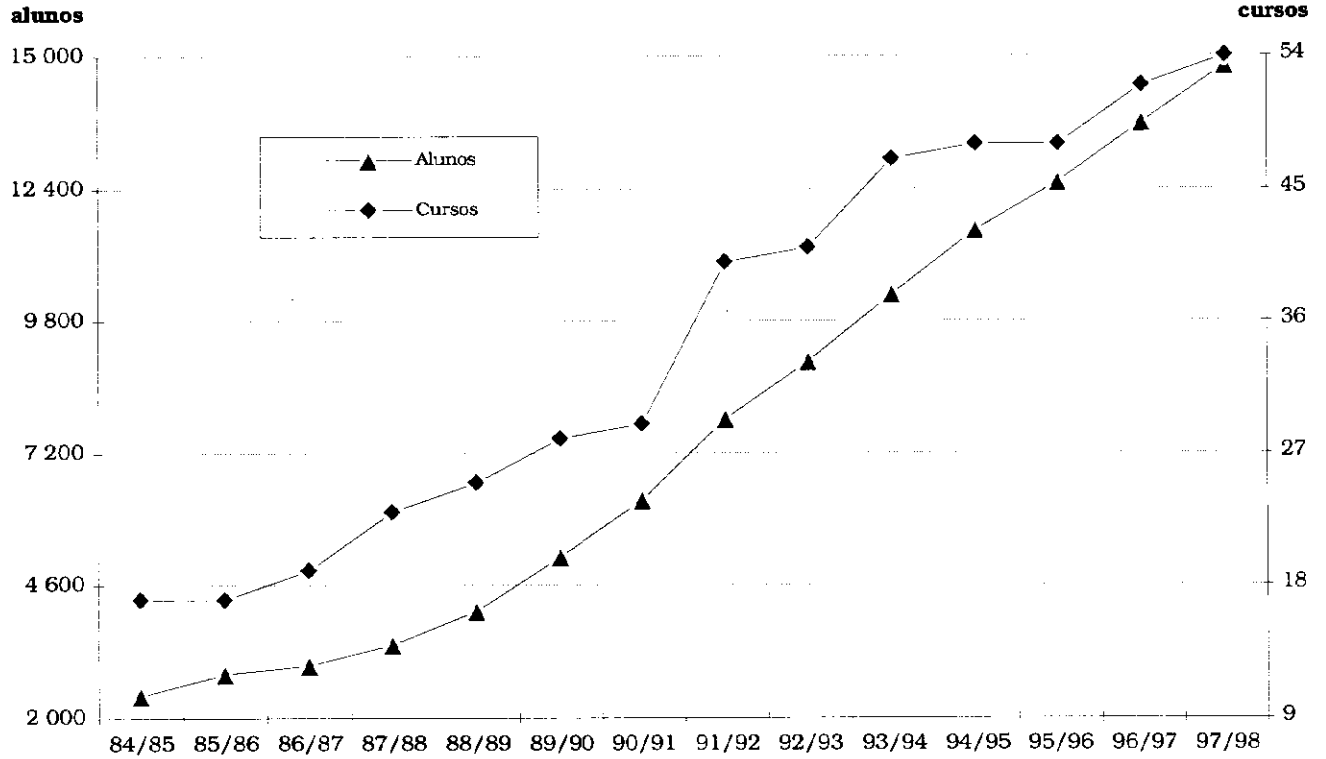
PESSOAL NÃO DOCENTE

Ano	Pessoal com vínculo à U. M. *	Pessoal destacado/ requisitado**	Pessoal a termo certo ou em aquisição de serviços	Total de unidades
1984/85	239	8	70	317
1985/86	301	8	30	339
1986/87	301	2	63	366
1987/88	292	4	88	384
1988/89	326	1	59	386
1989/90	333	1	68	402
1990/91	359	2	64	425
1991/92	375	2	86	463
1992/93	364	2	102	468
1993/94	361	-4	128	485
1994/95	374	3	171	548
1995/96	365	-3	177	559
1996/97	376	-5	213	584
1997/98	524	-5	84	603

* - inclui, em 1997/98, o pessoal abrangido pelo D.L. 81-A/96

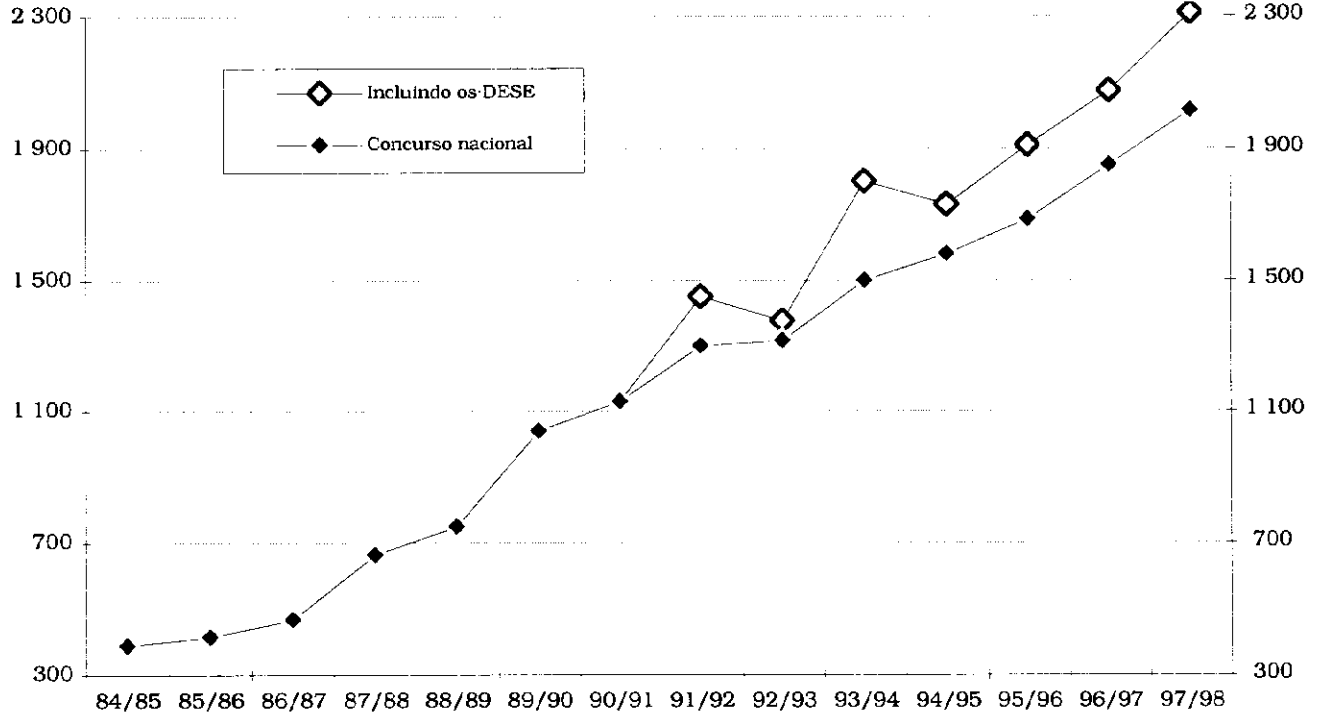
** - saldo.

ALUNOS E CURSOS

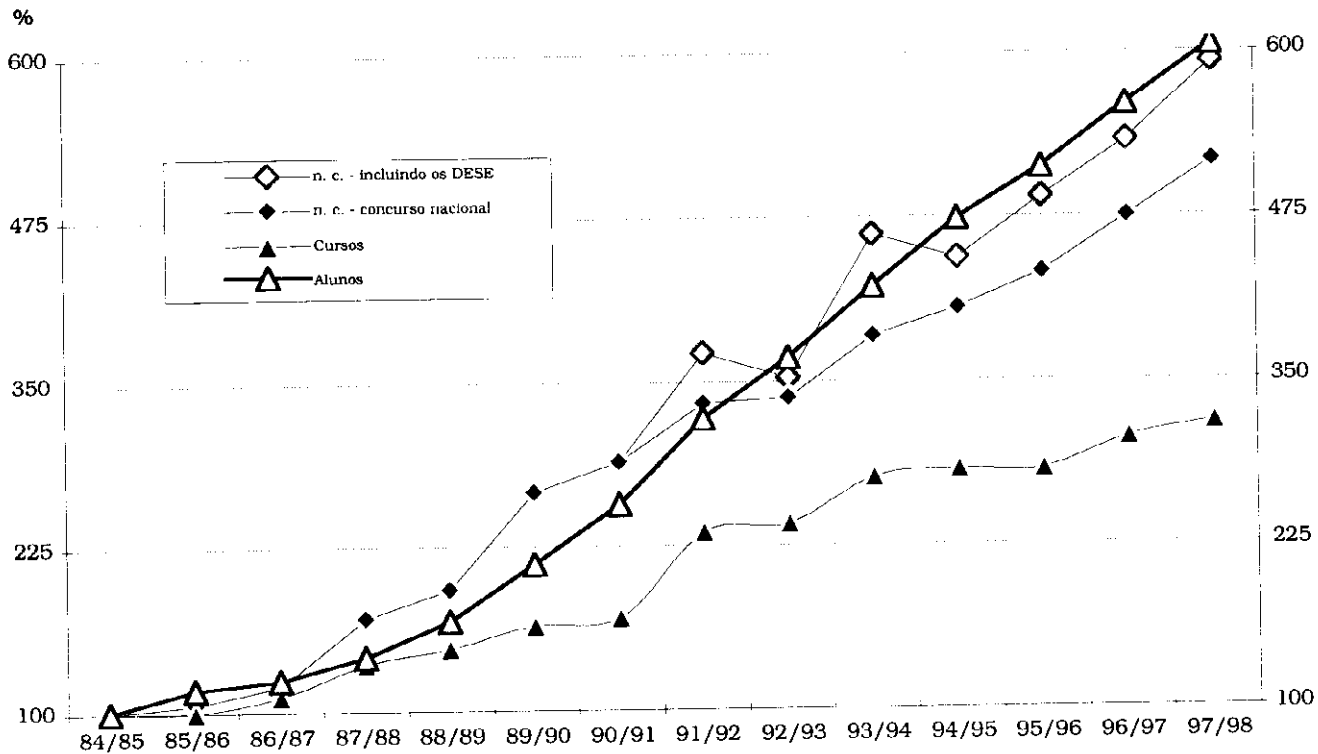


NUMERUS CLAUSUS

n. clausus

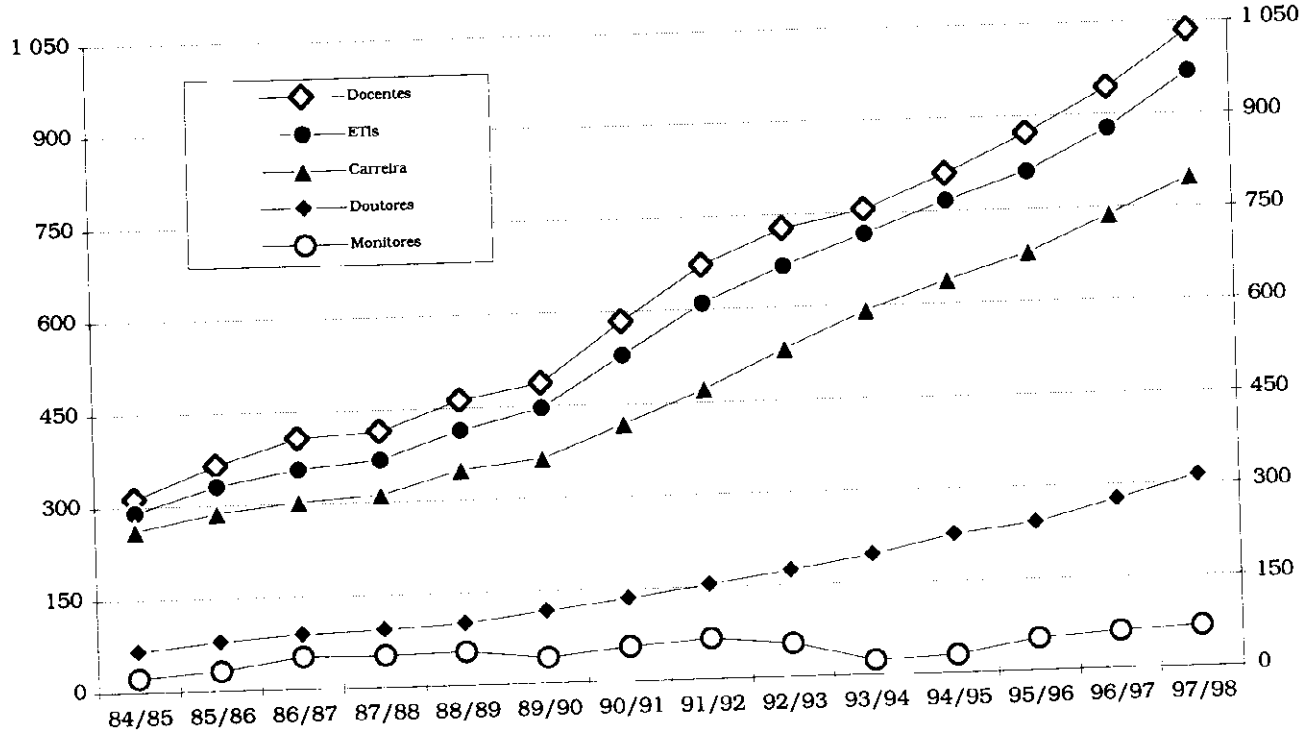


VARIAÇÃO PERCENTUAL (BASE 1984/85)

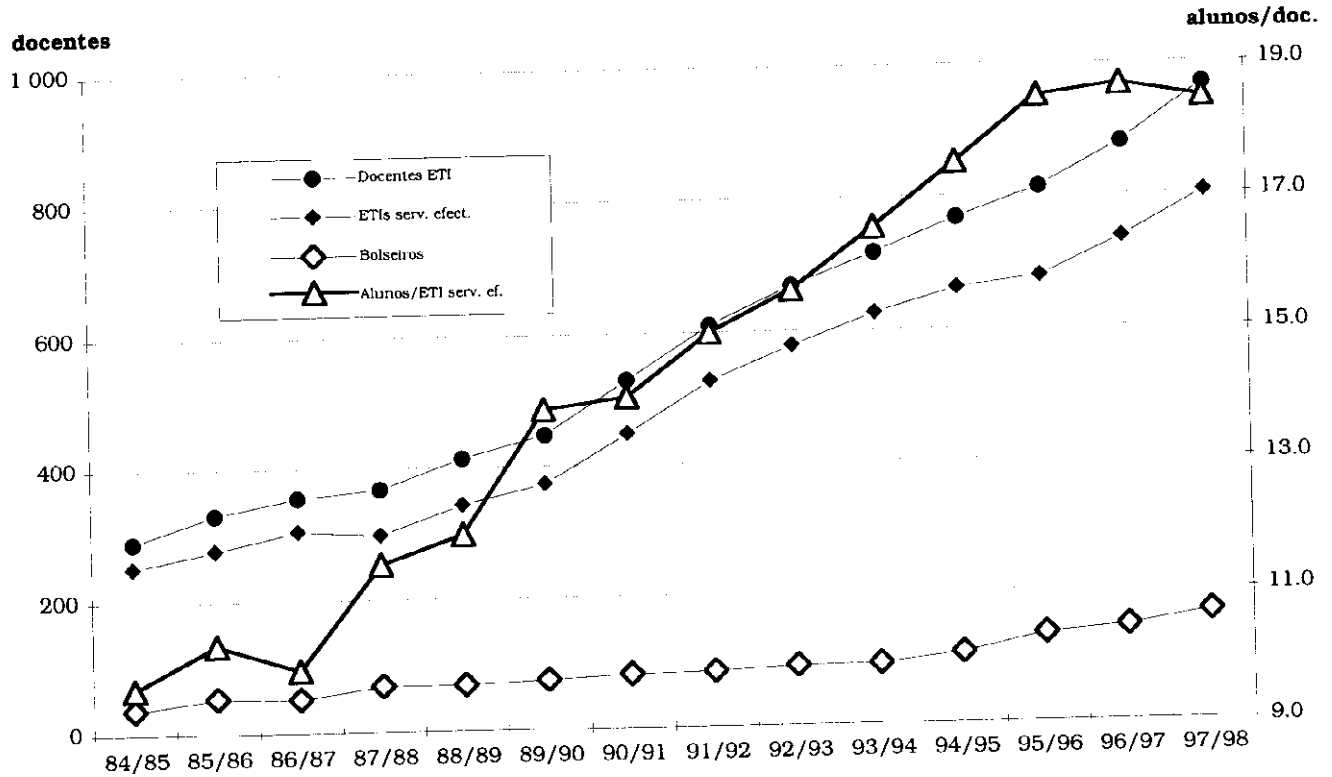


PESSOAL DOCENTE

docentes

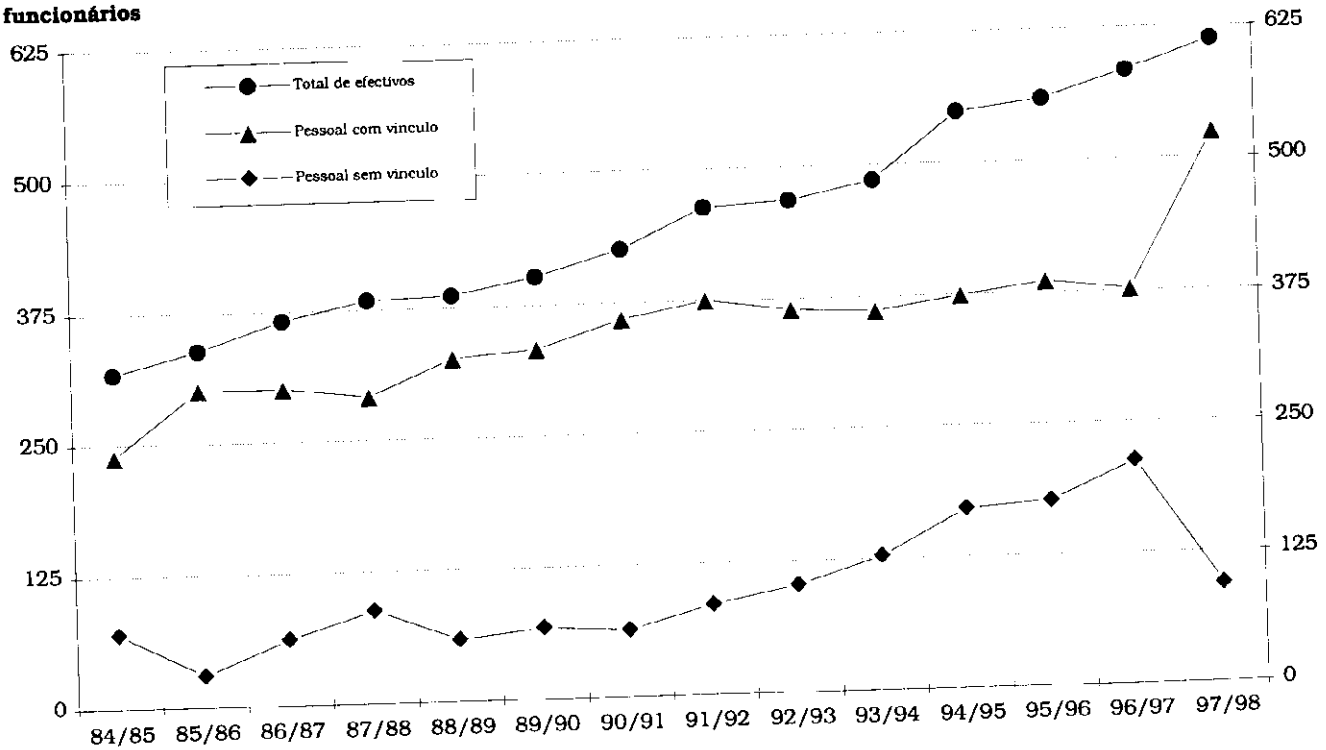


ALUNOS/DOCENTE



PESSOAL NÃO DOCENTE

funcionários



ANEXO I V

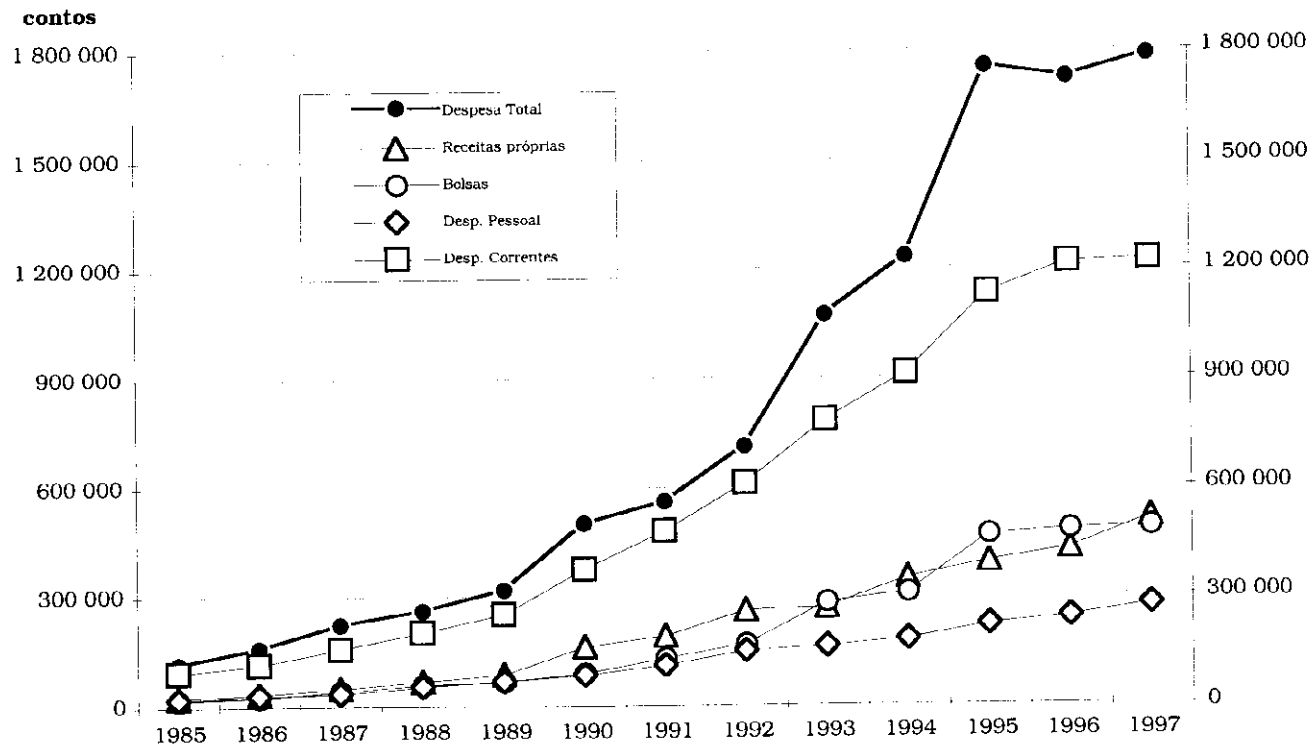
SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL
Indicadores de Funcionamento
1985 — 1997

INDICADORES DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL

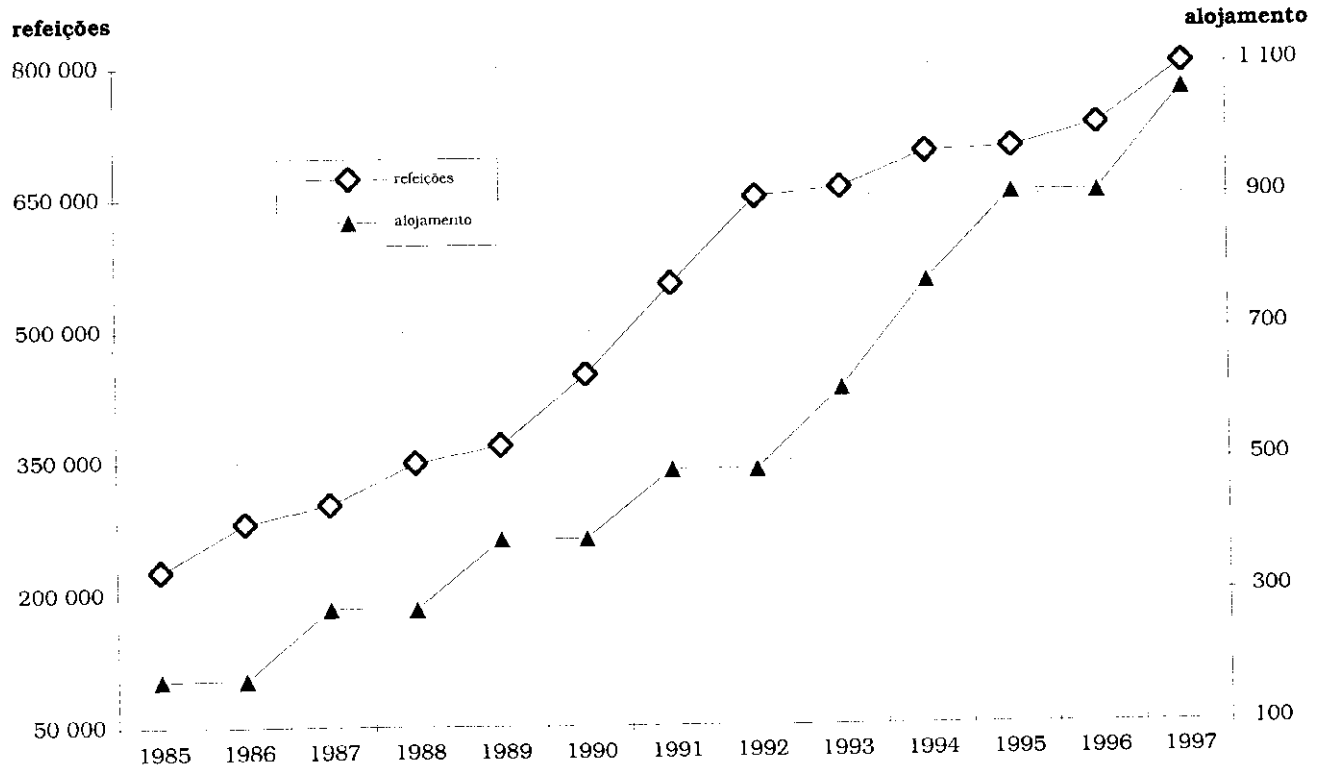
Ano	Alunos	DESPESA			Receitas próprias* (contos) (% da desp. corrente)	Encargos sectoriais		Refeições servidas	Alunos alojados
		D. correntes (contos) (% total)	Capital (contos) (% total)	Total (contos)		Pessoal (contos) (% da despesa corrente)	Bolsas (contos) (% da despesa corrente)		
1985	2 448	93 701 79.9 %	23 589 20.1 %	117 290	25 000 26.7 %	20 597 22.0 %	18 927 20.2 %	226 400	172 7.0%
1986	2 863	115 860 72.3 %	44 408 27.7 %	160 268	36 057 31.1 %	29 919 25.8 %	26 150 22.6 %	280 780	172 6.0%
1987	3 032	158 918 70.9 %	65 381 29.1 %	224 299	50 121 31.5 %	36 251 22.8 %	41 786 26.3 %	302 147	279 9.2%
1988	3 446	203 672 77.1 %	60 362 22.9 %	264 034	69 335 34.0 %	53 308 26.2 %	58 245 28.6 %	350 713	279 8.1%
1989	4 106	254 127 79.6 %	64 967 20.4 %	319 094	88 189 34.7 %	68 530 27.0 %	69 373 27.3 %	370 500	385 9.4%
1990	5 168	375 820 74.9 %	125 888 25.1 %	501 708	162 281 43.2 %	64 697 22.5 %	89 542 23.8 %	450 000	385 7.4%
1991	6 284	479 795 85.6 %	80 882 14.4 %	560 677	190 853 39.8 %	112 187 23.4 %	129 318 27.0 %	552 000	489 7.8%
1992	7 882	610 428 85.6 %	102 580 14.4 %	713 008	259 565 42.5 %	148 259 24.3 %	168 308 27.6 %	650 000	489 6.2%
1993	9 008	783 955 73.1 %	287 809 26.9 %	1 071 764	267 638 34.1 %	161 683 20.6 %	282 874 36.1 %	660 000	610 6.8%
1994	10 321	911 726 74.1 %	318 755 25.9 %	1 230 481	348 733 38.2 %	180 671 19.8 %	307 406 33.7 %	700 000	773 7.5%
1995	11 574	1 132 211 64.5 %	622 810 35.5 %	1 755 021	392 956 34.7 %	220 118 19.4 %	465 639 41.1 %	705 000	906 7.8%
1996	12 529	1 215 600 70.5 %	508 152 29.5 %	1 723 752	428 143 35.2 %	241 896 19.9 %	480 738 39.5 %	730 000	906 7.2%
1997	13 751	1 222 649 68.5 %	562 354 31.5 %	1 785 003	513 750 42.0 %	274 942 22.5 %	487 454 39.9 %	800 000	1 064 7.7%

* - Inclui as verbas de propinas, entre 1993 e 1996

ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL



SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL



INDICE

	Pág.
NOTA DE ABERTURA	3
1. CORPO DISCENTE	6
2. PESSOAL DOCENTE E INVESTIGADOR	8
3. PESSOAL NÃO DOCENTE	11
4. CURSOS	13
5. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	15
6. UNIDADES ORGÂNICAS	18
7. SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL	19
8. INSTALAÇÕES	23
9. ORÇAMENTO	25
NOTA DE FECHO	29

	Pág.
ANEXO I EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE	31
ANEXO II EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL 1985 — 1997	37
ANEXO III INDICADORES DE CRESCIMENTO 1984/85 — 1997/98	49
ANEXO IV SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL Indicadores de Funcionamento 1985 — 1997	65